



Audiência Pública sobre os Pedágios em Cascavel

Ata 1ª Reunião – 05/02/2021

1ª Audiência Pública sobre os Pedágios em Cascavel 05/02/2021, às 09h30min, através do sistema zoom, e transmissão pela TV Assembleia e pelas mídias sociais. Presentes nessa audiência os Deputados que integram a Frente Parlamentar e os demais que vieram participar deste debate importante para o nosso Paraná o Deputado Arilson Chiorato (Presidente da Frente Parlamentar), Deputado Luiz Claudio Romanelli (1º Secretário da Assembleia), Deputado Tercílio Turini (1º Vice- Presidente), Deputado Coronel Lee, Samurai (Política Paranaense), Delegado Fernando, Deputado Delegado Recalcatti. Deputado Gugu Bueno, Deputado Homero Marchese, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Márcio Pacheco, Deputado Nelson Luersen, Deputado Professor Lemos, Deputado Requião Filho, Maurício, Deputado Soldado Fruet, Deputado Subtenente Everton, Deputado Evandro Araújo, Prefeito Paranhos (município de Cascavel), Alécio Espínola (Presidente Câmara Municipal de Cascavel), Pisolim (Presidente Câmara Municipal de Toledo), Presidente Michel da ACIC, Prefeito Beto Lunitti (município de Toledo), Vice-Prefeito Renato Silva (município de Cascavel), presença dos vereadores do município de Cascavel e Toledo, Genésio Pegoraro que vai assumir esse ano 61 anos de ACIC, marca registrada de Cascavel complementado pela diretoria colaboradores da ACIC, vereador Alex (presidente da Câmara Municipal de Cascavel), Elton Welter. Acompanha online o Deputado Alexandre Amaro, Deputado Artagão Júnior, Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Delegado Jacovós, Deputada Mabel Canto, Deputado Ricardo Arruda, Deputado Marcel Micheleto, Deputado Federal Schivianato, Edgar Bueno (ex-prefeito de Cascavel), Deputado Luiz Fernando Guerra, Coronel Ronaldo (5ª Divisão de Exército), Deputado Federal Boca Aberta, Deputado Boca Aberta Júnior, Vereadora Mara Boca Aberta (município



Audiência Pública sobre os Pedágios em Cascavel

Ata 1ª Reunião – 05/02/2021

de Londrina), Irineu da Costa Rodrigues (Cooperativa Lar). A mediação será feita pelo Presidente da Frente Parlamentar do Pedágio Deputado Arilson Chiorato. **Deputado Arilson Chiorato**, No dia de ontem, ele e os demais Deputados conheceram o Projeto anunciado pelo Governo Federal que trata da concessão de rodovias do Paraná por mais 30 anos com a inclusão de novas praças de pedágio, para ser exato, mais 15 novas praças de pedágio, sendo três na Região Oeste e também com modelo híbrido para ser discutido o que traz novamente a figura da outorga onerosa. Diante disso, a Frente Parlamentar resolveu ouvir o setor produtivo, ouvir a classe trabalhadora, ouvir os usuários e percorrer o Estado. Essa Frente não é de esquerda, não é de direita, não é oposição ao governo, não é governista, essa Frente é para discutir o pedágio e estar em defesa do povo paranaense. **Deputado Luiz Claudio Romanelli** para apresentação do *PowerPoint* inicia a apresentação com o título O “novo” modelo de pedágio no Paraná. É novo mesmo? O modelo atual é de 1995 a novembro de 2021. O contrato atual, para entender o anel de integração criado em 1995 tem 2505 km foi à concorrência feita pelo Estado Paraná modelo de concessão onerosa porque tinha uma taxa de outorga. O anel de integração que o governador Jaime Lerner desenhava com as canetinhas duplicações, o resultado todos conhecemos, ou seja, o início do contrato foi 1997, uma tarifa prefixada no valor elevado e com um programa de obras muito bem definidos, Naquele momento, o estado do Paraná inicia a cobrança efetiva do pedágio, o governador Jaime Lerner era candidato à reeleição viu que podia perder a eleição, ele reduziu unilateralmente por decreto, em 50% do valor da tarifa resultado o contrato começou a ser judicializado. Esse processo todo você vai verificar que a origem dos problemas mais graves do contrato pedágio,



Audiência Pública sobre os Pedágios em Cascavel

Ata 1ª Reunião – 05/02/2021

os equilíbrios e os degraus tarifários. Em 2000, concessionárias obtém na Justiça Federal desobrigação de executar obras, que foram adiadas duplicações, retiradas as duplicações, trevos, contornos. No ano de 2000, é o ano do desfazimento do que era a ideia inicial do pedágio no Paraná. Em 2012, TCU conclui a existência de desequilíbrio financeiro em favor dos usuários do valor muito significativos, cerca de quase 8 bilhões de reais. Em 2018, a lava jato faz um acordo de leniência com as concessionárias Ecocataratas, Ecovia e Rodonorte, se compromete a fazer a redução da aquela tarifa de pedágio 30% com um ano que é a taxa reduzida e ao mesmo tempo realizar as obras, no qual as obras não estão sendo realizadas na sua ampla maioria descumprindo o acordo feito. O Ministério Federal esse ano constatou que Ecocataratas e Ecovia receberam por obras duplicação de pistas que não foram realizados. O deputado Homero Marchese, trabalhou diretamente no levantamento mostrando que haviam superfaturamento da tarifa de 30% além de outras questões. O Paraná tem de pedágio mais caro, na prática as obras foram suprimidas, as duplicações foram suprimidas, a obrigação da desapropriação que paga para concessionária foi retirada, se foi feito trazendo aditivos, algum administrativos e outros judiciais desobrigando-a concessionária de executar as obras. O histórico das obras inacabadas, no lote 3, o lote é da região, o que interessa é a Cataratas que restou hoje que eles teriam executado o trevo Cataratas da Br-277. É uma obra que está prevista e está com 5% da execução, difícil ficar concluída até novembro deste ano. O trevo próximo de Foz do Iguaçu, zero , implantação de terceiras faixas. Todos os trechos de rodovias, as obras não foram realizadas, o problema são as obras inacabadas. Esse é um problema exclusivo novo contrato, como vai assumir um novo contrato das obras que já foram pagas e



Audiência Pública sobre os Pedágios em Cascavel

Ata 1ª Reunião – 05/02/2021

não foram realizadas. Para quem que vai ficar esse passivo, sendo que o Paraná vai ter que responder por isso, pois paga-se precatório para central do Paraná que é uma rodovia federal e o paranaense que está pagando a conta. O novo modelo, o governo federal veio e apresentou, quer aumentar de 2505 km para 3327 km de rodovias pedagiadas. A concorrência sendo feita pelo governo federal e modelo híbrido que é a concessão onerosa. Além das 27 praças de pedágio que já existe no estado, serão mantidas o acréscimo de mais 15 praças de pedágio, serão no total 42 praças de pedágio a mais de pedágio. A localização das novas praças, quatro praças no Oeste, três no sudoeste, três na região noroeste, duas no norte e três no norte pioneiro. A receita que o governo federal disse que vai ser arrecadado nos próximos 30 anos, no valor presente 156 bilhões de reais, se trazer a receita prevista dos últimos 24 anos condição de pedágio, da menos da metade do que isso. É impressionante como está desequilibrado e desse total de 156 bilhões, no CAPEX que é investimento em obra, apenas 42 milhões de reais serão efetivamente investido nas rodovias, só 26% do total dos recursos serão investidos efetivamente no obras nas rodovias, o restante é 32 bilhões para parte operacional. Aproximadamente 30 bilhões de reais de tributos federais e alguns municipais. A Rodovia Br-163 é Federal, mas quem duplicou foi o povo paranaense com o estado do Paraná, começou no governo Requião. Ocorre que, o governo federal quer colocar um pedágio com preço inicial de R\$10,99 com um desconto de no máximo de 15%. Esses 15% de desconto parou ali, se essas empresas deram 1% de desconto, isso é decidido pela taxa de outorga que vai para o bolso do governo federal é tributo que os paranaense terão que pagar. Acontece que terá elevação do preço da tarifa, que ao invés de ter uma licitação de menor preço de tarifa



Audiência Pública sobre os Pedágios em Cascavel

Ata 1ª Reunião – 05/02/2021

da empresa, faça a oferta de menor preço, porque assim que aconteceu do Rio Grande do Sul, assim que aconteceu em Santa Catarina e assim ter acontecido em muitos trechos de rodovias federais. E ser obrigados a pagar uma taxa de outorga que vai onerar tarifa, não garante obra nenhuma, porque é uma falácia quando se afirma isso. A taxa de outorga nem integra a concessão, a taxa de outorga vai para o caixa do Tesouro Federal . O fato é que terão os descontos em relação as tarifas vigentes. Assim, o limite é 15%, o desconto baixo em relação aos atuais o resultado da raiz elevada. E se o contrato amarrado o que vai acontecer pode-se repetir os erros do passado, a não realização das obras prometidas de duplicação de contorno. O governo federal quer fazer aquele degrau de 40% para rodovia com pista simples para depois de duplicado mais sobre 40% depois de aplicar rodovia. Assim, sete anos, depois fica mais 23 anos sem fazer nenhuma obra, ganhando 40% a mais. Tem um projeto de lei assinado por 37 deputados, esse projeto prevê que só será entregue os 1.100 quilômetros de rodovias estaduais necessários para fazer esse programa de concessão, se o critério a ser adotado na licitação, foi exclusivamente de menor preço de tarifa, se não for isso, Paraná não entrega suas rodovias para o governo federal. E ao mesmo tempo, solicita ao governo federal para que não faça licitação com tarifa de preço de pedágio elevada. Depois da apresentação, falaram os seguintes participantes: Deputado Coronel Lee. Deputado Márcio Pacheco. Deputado Professor Lemos. Deputado Gugu Bueno. Deputado Evandro Araújo. Deputado Tercílio Turini. Deputado Homero Marchese. Deputado Requião Filho. Deputado Delegado Recalcatti. Deputada Luciana Rafagnin. Deputado Nelson Luersen. Deputado Subtenente Everton. Deputado Soldado Fruet. Deputado Delegado



Audiência Pública sobre os Pedágios em Cascavel

Ata 1ª Reunião – 05/02/2021

Jacovós (remoto). Deputado Federal Schivianato. Prefeito Leonaldo Paranhos. Alécio (Presidente da Câmara de Cascavel). Michel (Presidente da ACIC). Edson Vasconcelos (Programa Oeste em Desenvolvimento). Rodrigo Cirilo (Movimento Paraná menos pedágio). Roberto americano (representante dos trabalhadores da construção civil no município de Cascavel). Dr. Jurandir Parzianello (presidente da OAB de Cascavel). Deputado Luiz Claudio Romanelli. Irineu Costa Rodrigues (presidente da Cooperativa Lar). Deputado Tercílio Turini. Deputado Evandro Araújo Roberto (Prefeito de Toledo). Foi unânime a posição dos presentes para que a licitação seja pelo menor preço, menor tarifa, com transparência, sem degrau tarifário, e que as propostas da sociedade paranaense que serão tratadas na audiência pública devem ser consideradas, sem a inclusão de novas praças de pedágio, especialmente da praça entre Cascavel e Toledo, sem a consulta à população, à classe produtiva, entre outros. Concluídas as intervenções e não havendo nada mais a tratar, o Deputado Coordenador agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública, tendo sido respeitadas as regras estabelecidas/recomendadas pelos organismos de saúde para o enfrentamento do contágio e disseminação do coronavírus SARS-CoV-2. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Presidente da Frente Parlamentar sobre os Pedágios, Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Estadual Arilson Chiorato